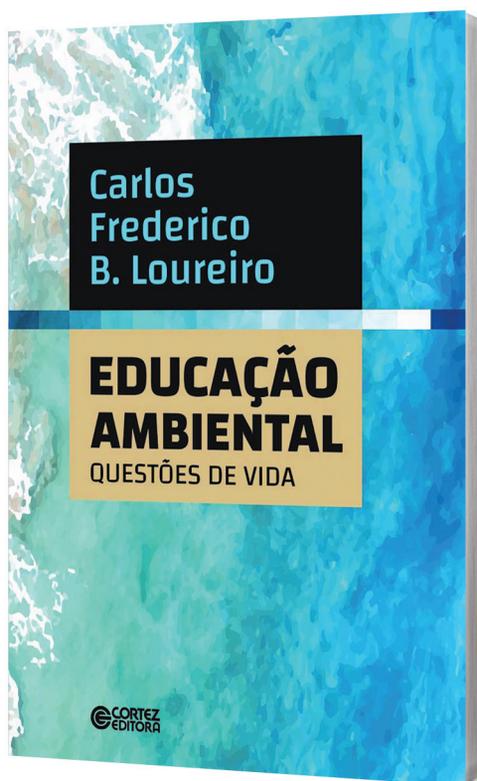


livros



Por uma educação ambiental crítica

César Augusto Costa

Educação ambiental: questões de vida, de Carlos Frederico B. Loureiro,
São Paulo, Cortez, 2019, 184 p.

A obra *Educação ambiental: questões de vida*, lançada pela Editora Cortez, brinda os estudiosos da educação ambiental crítica. Sendo mais que um trabalho teórico da área, o livro nos oferece uma ampla riqueza teórica, política e de vida de um dos maiores nomes do campo ambiental no país, o professor Carlos Frederico B. Loureiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sua destacada produção intelectual atinge enorme número de artigos, livros, capítulos de livros publicados e produção técnica no campo. Neste seu novo trabalho, Loureiro não só traduz seus vários anos dedicados à causa da educação ambiental crítica, como quebra o protocolo tradicional de apresentar o livro em capítulos, aqui transformados em “momentos” (três), os quais constituem e adensam a caminhada de leitura proposta.

Assim, nestes três momentos, é tratada a

sua vida em diferentes sentidos, naquilo que diz respeito à educação ambiental crítica e à sua trajetória pessoal. O resultado é um livro repleto de novidades no tratamento de temas pouco trabalhados na produção acadêmica do campo ambiental, estabelecendo de início um diálogo com o leitor acerca de práticas e fundamentos teóricos do pensamento crítico, a partir da experiência com povos tradicionais e de várias inquietações.

Pode-se dizer que a obra está impregnada de vida, forjada no passo da caminhada de quem aprendeu a ouvir a “voz dos sem voz” e o silêncio dos silenciados. Cada parte do livro constitui, por assim dizer, pegadas de um caminhante que acompanha ombro a ombro aqueles que se posicionam desde suas esquinas, favelas, vielas, quilombos, aldeias, na defesa intransigente de seu direito de ser e existir, como indica o Prefácio.

CÉSAR AUGUSTO COSTA é professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).

No segundo momento, Loureiro descreve de forma crítica e sistemática aspectos que identificam a prática social, sem com isso deixar de teorizar as problematizações feitas. Para esse fim, destaca as discussões, projetos e iniciativas de educação ambiental com povos tradicionais, as metodologias e as possibilidades integradas no ato educativo. É pertinente a perspectiva de uma educação ambiental que dialoga com a tradicionalidade e ancestralidade de forma prática na ação educativa.

Interessante destacar o diálogo que a obra tece à luz do pensamento latino-americano, indicando que o projeto civilizatório eurocentrado capitalista deu as bases fundamentais para o desenvolvimento da compreensão de sociedade e natureza. Tal discussão acentua que história, economia, natureza, cultura, política, sociedade e educação são resultados do sistema-mundo moderno-colonial que impactou de forma violenta nossa ontologia social. Diz o autor:

“Lembremos que o capitalismo surge no final do século XV junto com o capital comercial e a brutal colonização da América, assim como as violentas formas de expropriação dos povos do campo na Europa, retirando deles a propriedade da terra, dos instrumentos e, posteriormente, de conhecimentos e técnicas de produção. Com as expropriações, os sujeitos, os trabalhadores vivos, perdem a condição de produzir diretamente em seu processo de sobrevivência e criação” (p. 109).

Ou seja, convém asseverar que, para pensarmos a questão ambiental na América Latina, cabe pontuar que o projeto de expansão do modelo eurocêntrico de civilização tem princípio no final do século

XVI a partir da economia e da política que foram determinantes para a consolidação do capitalismo como forma social dominante na Europa. Para Loureiro,

“[...] o eurocentrismo colonial não é apenas a afirmação de um projeto societário criado na Europa que chega a outros lugares. É a materialização de um projeto civilizatório que, para ocorrer, exigiu obrigatoriamente a negação do outro em qualquer lugar, uma vez que as relações sociais fundadas na produção de mercadorias, na apropriação privada, na exploração do trabalho e na expropriação de meios de vida – territórios, técnicas, saberes, culturas etc. – exigem a universalização de um padrão único de sociabilidade [...]” (p. 39).

Isso significa entender que, no capitalismo eurocentrado materializado na América Latina, a subordinação dos povos originários, negros, mulheres, a negação de suas culturas e a demonização de outras religiões foram constitutivas não somente para a acumulação capitalista, mas para a normatização de uma sociabilidade que hoje se tem naturalizada e única diante de qualquer forma de questionamento e crítica. Nessa conjuntura, concebe-se que também o Estado não ficou descolado a essa lógica, pois

“O Estado é controlado por frações de classe dominantes que se beneficiam desse padrão de acumulação principalmente por meio de um incisivo discurso, radicalizado com a posse do novo governo em 2019, que defende que o crescimento econômico traz prosperidade e qualidade de vida, e que os impactos ambientais podem ser regulados pela racionalidade do mercado. Chega-se ao

cinismo quando, em defesa das mineradoras, da indústria petrolífera, do agronegócio e da pecuária, se tenta convencer de que o Brasil tem muitas áreas protegidas e que os territórios indígenas e quilombolas são demarcados diante da urgência de abrir caminho para as atividades econômicas” (pp. 41-2).

Na perspectiva posta pelo livro, há uma relação entre as lógicas do sistema-mundo moderno-colonial e as diferentes formas que a práxis de dominação/violência contra os povos originários e tradicionais que é assumida ao longo do processo de consolidação do padrão de poder mundial a partir da Europa, que atinge de forma brutal as formas de relação com a natureza.

No decorrer da leitura crítica, constatamos que a concepção de progresso para o debate ambiental é um conceito identificado com os ideais de uma burguesia eurocentrada, que buscava afirmar a superioridade de seu projeto societário diante de um modo de organização “antigo e arcaico” que precisava ser superado para a consolidação do mercado e da propriedade privada. Projeto civiliza-

tório que foi afirmado a partir da ciência ilustrada e europeia como única verdade e racionalmente superior, capaz de instituir a negação de outros saberes ligados a formas tradicionais e comunais de propriedade.

Desse modo, no decorrer de sua reflexão, o autor alia as questões ontológicas da educação e do sujeito em sociedade, do qual são tecidas em suas interações com a natureza através de práticas críticas. Para ele, a degradação e a destruição ambiental são o ponto de partida para as questões que nos mobilizam e que visamos superar.

Por fim, em *Educação ambiental: questões de vida*, Loureiro nos revela os motivos de suas teorizações e posicionamentos por meio de sua trajetória pessoal, narrada de forma a trazer à baila um percurso de sua relação com a materialização da educação ambiental crítica no Brasil. Percurso realizado em diálogo intenso e crítico consigo mesmo, com a universidade, com os movimentos sociais e com todos (sujeitos e sujeitas) com quem compartilhou lutas e desafios para afirmar uma educação ambiental crítica da vida, marcada pela crítica.